



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
COMDICA**

RESOLUÇÃO Nº 148/2023/COMDICA, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023.

***Institui a Comissão Especial Eleitoral para
escolha dos membros do Conselho Tutelar do
município de Itajaí***

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA do município de Itajaí, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal 3353/98 com todas as suas alterações, a Resolução do CONANDA 170, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

1

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de Itajaí, sendo composta por **05 Conselheiros do COMDICA, 01 representante do Ministério Público, 01 representante do Poder Judiciário e 01 representante do Cartório Eleitoral de Itajaí.**

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os membros que concorrerão ao processo de escolha de Conselheiro Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por representante.





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMDICA

Parágrafo único: A Comissão Especial Eleitoral deverá, entre os seus membros eleger um coordenador.

Art. 2º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

2

Art. 3º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do COMDICA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único: Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 4º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar os Editais e as Resoluções que diz respeito ao Processo de Escolha.

II - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;





**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
COMDICA**

- III - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- IV - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- V - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;
- VI - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;
- VII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- VIII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- IX - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;
- X - resolver os casos omissos.

3

Art. 5º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo COMDICA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Itajaí, 07 de fevereiro de 2023.

José Hiran Lamim

Presidente do COMDICA

Publicada no Jornal Oficial do Município,
edição nº2638, págs. 03, de 08/02/2023.

